Governo do Estado de Minas Gerais - Secretaria de Estado de Cultura

IEPHA

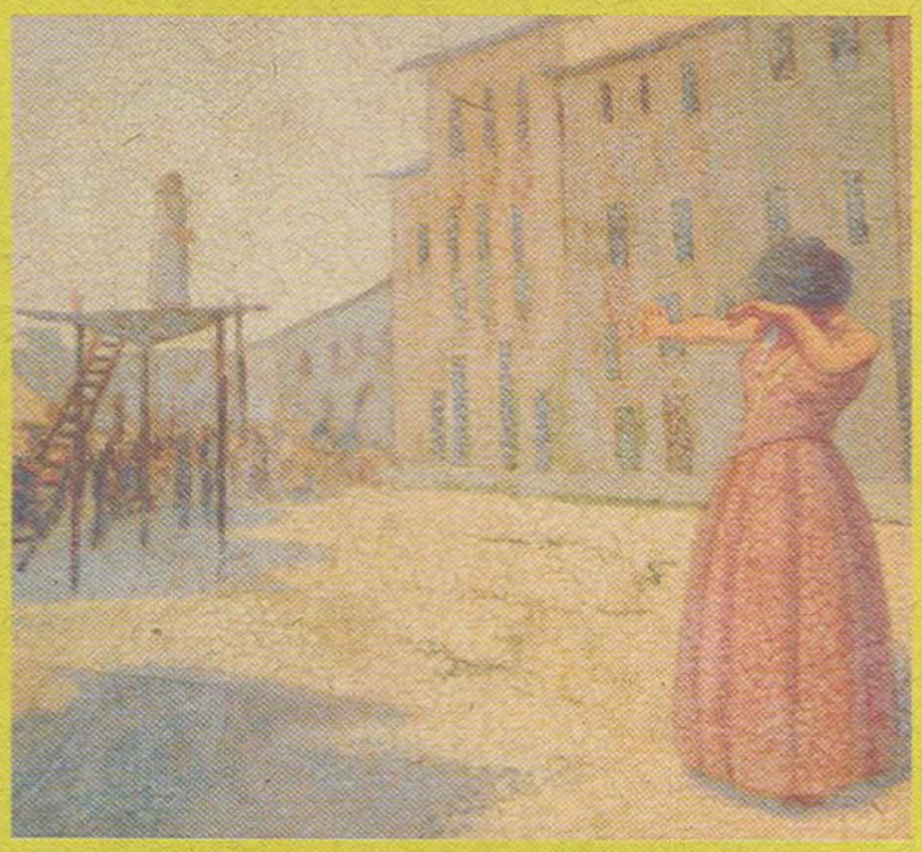
Bem Informado

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

BELO HORIZONTE, OUTUBRO DE 2007 - ANO 01 - Nº 4

Você reconhece?

Resposta pág. 8



Pequenos olhares sobre o patrimônio

Vista de Marzagão

Foto acervo IEPHA/MG

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar - Pitangui

Galpões de antiga fábrica, em Marzagão, ganham novos usos

Pág. 7

Parceria enriquece educação patrimonial no interior

Pág.3

Notícias

Fachada principal da antiga Secretaria da Fazenda

Circuito Cultural da Praça da Liberdade a todo vapor. Obras no prédio da antiga Secretaria da Fazenda são liberadas e projeto do Centro Cultural Banco do Brasil é aprovado

Pág. 4 e 5

Detalhe da fachada do prédio do CCBB

Editorial

No último mês, mais uma importante responsabilidade foi confiada pelo governador do Estado, Aécio Neves, ao IEPHA/MG: a execução, sempre sob as diretrizes da Secretaria de Estado de Cultura, do Projeto Estruturador Circuitos Culturais de Minas Gerais.

De fato, com a edição do Decreto Nº 44.628, de 28 de setembro de 2007, o Instituto passou a ser a entidade responsável, no Estado, pela coordenação da execução, direta ou indireta, das obras e serviços para a implantação dos Circuitos Culturais de Minas Gerais, podendo contar, para isso, com a colaboração de outros órgãos e entidades públicas e privadas.

Acolher tão nobre atribuição deixa o IEPHA/MG ainda mais motivado, pois, no atual modelo de gestão estadual, confiar-nos um projeto estruturador é um sinal manifesto do prestígio do Instituto e do seu corpo técnico. Mais ainda, é sinal do apreço do governador e da secretária de Cultura para com as questões do patrimônio cultural no Estado, na medida em que a gestão direta do PE Circuitos Culturais pelo IEPHA/MG denota a determinação de que a implementação dos projetos, obras e serviços seja realizada em estreita observância às normas de proteção dos bens tombados, uma vez que a entidade responsável pela execução do PE passa a ser justamente a que é responsável pela conservação, proteção e fiscalização dos bens tombados no Estado.

Sem dúvida, com o Decreto Nº 44.628/2007, o IEPHA/MG terá condições de resolver com mais agilidade e eficiência as demandas referentes à implementação dos circuitos culturais a serem estruturados no Estado, na medida em que nos mobilizemos todos para encarar esse desafio como um marco nos 35 anos de história do Instituto. Entre todos os circuitos previstos, sabemos que se destaca o Circuito Cultural da Praça da Liberdade, que prevê a implantação de um pólo cultural nos prédios anteriormente ocupados por órgãos e entidades da administração pública estadual. Por tudo isso, ser o coordenador dessa empreitada de dimensão inédita é motivo de muito orgulho para o IEPHA/MG, ao lado de muita responsabilidade.

Neste número do Bem Informado, aproveitamos, então, para "informar" mais um pouco os nossos leitores sobre o Circuito Cultural Praça da Liberdade. Nas páginas 4 e 5, temos duas matérias interessantes: a primeira, sobre a recente aprovação e início das obras para a implantação do Centro Cultural Banco do Brasil CCBB -, e a segunda, sobre a vitória obtida pelo IEPHA/MG e pelo Estado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que julgou improcedente um recurso interposto pelo Ministério Público, tornando assim possível o prosseguimento das obras no prédio em que funcionava a Secretaria de Estado de Fazenda, destinado a abrigar a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, paralisadas por ordem judicial desde julho de 2006.

Assim, o IEPHA/MG inicia o mês de outubro com dois acontecimentos que nos permitem celebrar a chegada de um novo tempo para se pensar o patrimônio cultural no Estado de Minas Gerais sob um paradigma contemporâneo, de acordo com os valores de nossa época, como ressalta a própria decisão do TJMG: *"A função do tombamento, portanto, não colide com a manifestação estatal que objetiva reestruturar a forma de utilização do bem, de modo a mantê-lo como instrumento de inserção da coletividade aos seus valores culturais mais caros"*.

Liana Portilho Mattos
Presidente

Jaguara secular

Situada às margens do Rio das Velhas, no município de Matozinhos, distrito de Mocambeiro, a Fazenda da Jaguara foi sede do extinto Vínculo da Jaguara e possui uma área de 1,3 mil alqueires. O referido Vínculo foi instituído pelo capitão Antônio de Abreu Guimarães, em fins do século XVIII. Faziam parte dele, além da Jaguara, as fazendas Várzea Comprida, Mocambo, Riacho da Anta, Pau de Cheiro, Forquilha, Melo e Barra do Melo, onde funcionavam engenhos e fábricas, e havia casas, escravos, gado e criações.

A igreja da fazenda foi concluída em 1796. Da construção ao seu acabamento, tudo é atribuído a Antônio Francisco Lisboa, o mestre Aleijadinho. O retábulo do altar-mor, que foi salvo da destruição, encontra-se hoje na Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Nova Lima.

O estado atual da Igreja da Jaguara é de ruínas, sendo que somente a fachada se mantém de pé. O projeto para reforço estrutural, estabilização e contenção do que restou foi medida imprescindível à sua salvaguarda.

O Conjunto Paisagístico da Fazenda da Jaguara e as Ruínas da Capela de Nossa Senhora da Conceição foram tombados pelo IEPHA/MG em 16 de setembro de 1985.

Foto acervo IEPHA/MG

Fachada posterior com o reforço estrutural

Parceria entre gerências fortalece educação patrimonial

Fotos acervo IEPHA/MG

Educação patrimonial nas ruas de Pitangui

Em setembro, as gerências de Difusão (GDF) e de Patrimônio Material (GPM) visitaram a cidade de Pitangui. A GDF deu prosseguimento ao Programa de Educação Patrimonial Memória e Cidadania, do IEPHA/MG, e a GPM deu continuidade aos trabalhos de tombamento do Núcleo Histórico de Pitangui. A parceria entre as duas gerências foi realizada com a proposta de esclarecer a comunidade sobre conceitos e práticas ligados à preservação do patrimônio cultural.

O objetivo do Programa de Educação Patrimonial é implementar, apoiar e assegurar a continuidade de ações de caráter educativo nos diversos segmentos sociais, para que possam ser transmitidos e refletidos, criticamente, conteúdos como educação, cidadania, identidade, memória e patrimônio.

A GDF iniciou o trabalho no dia 10 de julho, com uma reunião preliminar em que as técnicas Adriana Quirino e Vanessa Ximenes se encontraram com multiplicadores representantes de 19 entidades locais e apresentaram o programa. Nos dias 04 e 05 de setembro, foram realizadas as oficinas de Educação Patrimonial, nas quais o analista Pedro Gaeta também participou. Foram desenvolvidas diversas atividades junto à comunidade. Nas palestras, foram expostos e esclarecidos conceitos diretamente ligados à educação patrimonial e à preservação, dentre os quais se destaca o tema Tombamento, desenvolvido pelas analistas Caroline Semionato e Helaine Queiroz, da GPM.

Em um segundo momento, foram feitas algumas ações para colocar em prática os conceitos anteriormente esclarecidos. Dentre elas destaca-se "Imagens - antes e depois"; na qual foram expostas fotografias antigas e recentes de bens culturais da cidade, demonstrando a descaracterização e, até mesmo, a demolição de alguns deles, o que causou um grande impacto nos presentes, que puderam perceber o quanto Pitangui já perdeu de sua memória e identidade.

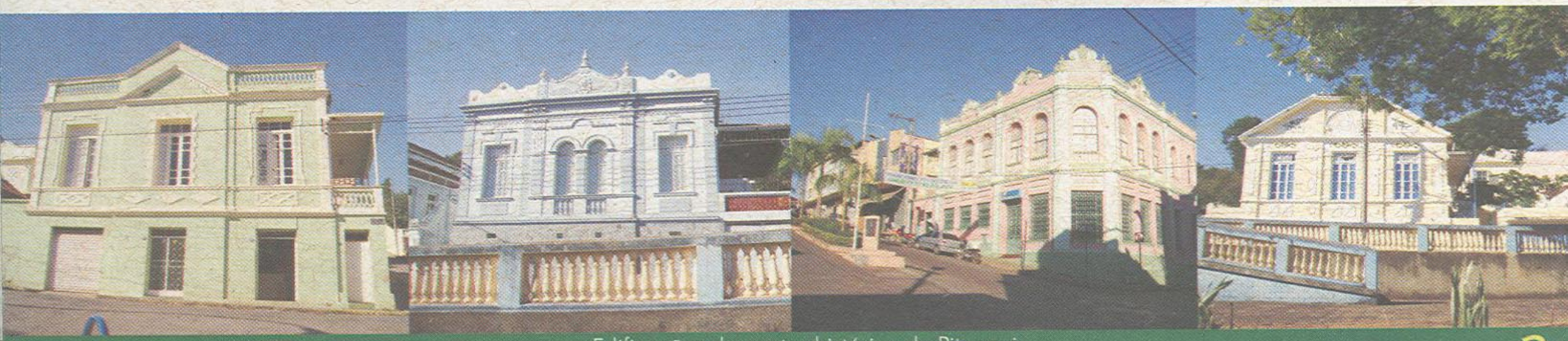
Na prática

A "Visita a bens culturais - Reconhecimento" aconteceu em parte do perímetro de tombamento do centro histórico. Foram formados três grupos, que identificaram detalhes em imóveis presentes no percurso e responderam a um questionário posteriormente apresentado a todos os participantes sobre os bens culturais: Igreja de São Françisco, Praça Isauro Epifânio e Grupo Escolar Francisca Botelho. A última atividade realizada foi a divisão de grupos para discussão dos temas a serem desenvolvidos nos projetos de educação patrimonial da cidade. Os temas selecionados foram: *"Centenário da Escola Estadual Francisca Botelho"*, *"O Chafariz da Praça"*, *"Resgate da memória da Antiga Companhia de Tecidos"* e *"Identidade étnica da comunidade do Veloso"*.

O número de participantes das atividades foi de, aproximadamente, 35 pessoas.

Cabe ressaltar que a parceria entre as duas gerências foi de fundamental importância para que a comunidade pitanguiense percebesse a necessidade de preservação de seu valioso acervo arquitetônico e o (re)conhecimento da singularidade de suas manifestações culturais.

Ações de parceria entre gerências, tais como a que aconteceu entre as de Difusão e de Patrimônio Material, são imprescindíveis para a efetiva proteção do patrimônio cultural de Minas Gerais. O trabalho coletivo propicia, por exemplo, que a população de um núcleo histórico tombado adquira conhecimentos sobre o processo de tombamento, suas restrições e permissões e, ao mesmo tempo, se conscientize da importância da preservação, reconhecendo seus bens culturais e se tornando guardiã do seu patrimônio. Difundir a valorização dos bens culturais, participar da construção da cidadania e do fortalecimento da identidade local é co-responsabilidade de todo o IEPHA/MG.



Edificações do centro histórico de Pitangui

Centro Cultural Banco do Brasil

Fachada principal do prédio que vai abrigar o CCBB

Na sessão ordinária do dia 26 de setembro de 2007, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte aprovou, por unanimidade, o projeto executivo de arquitetura e restauração compatibilizados para intervenção no prédio da antiga Secretaria de Estado de Interior e Justiça, na Praça da Liberdade, para se transformar no Centro Cultural Banco do Brasil.

Os projetos para a adaptação desse prédio, de autoria do arquiteto Luiz Signorelli, e edificado entre os anos de 1926/1930, tiveram o acompanhamento do IEPHA/MG, que estabeleceu como premissas para sua concepção a manutenção e valorização dos elementos que melhor caracterizam a arquitetura original da edificação. Assim, as intervenções para a implantação do Centro Cultural Banco do Brasil buscaram, sobretudo, manter o edifício como um conjunto artístico historicamente definido.

Parte do programa do Centro Cultural impôs a necessidade de espaços amplos, como no caso do teatro e das salas de exposição, o que demandou intervenções mais significativas para a instalação desses ambientes, sendo os demais espaços adaptados à arquitetura existente sem grandes modificações.

Haverá um teatro com capacidade para 300 lugares na parte posterior da edificação, no subsolo e no primeiro pavimento, locais bastante modificados no imóvel. No subsolo teremos ainda um café e uma sala de chá.

O pátio central será coberto por meio de estrutura metálica e cobertura de vidros retráteis, permitindo sua abertura a maior parte do tempo, sendo destinado à exposição permanente de esculturas.

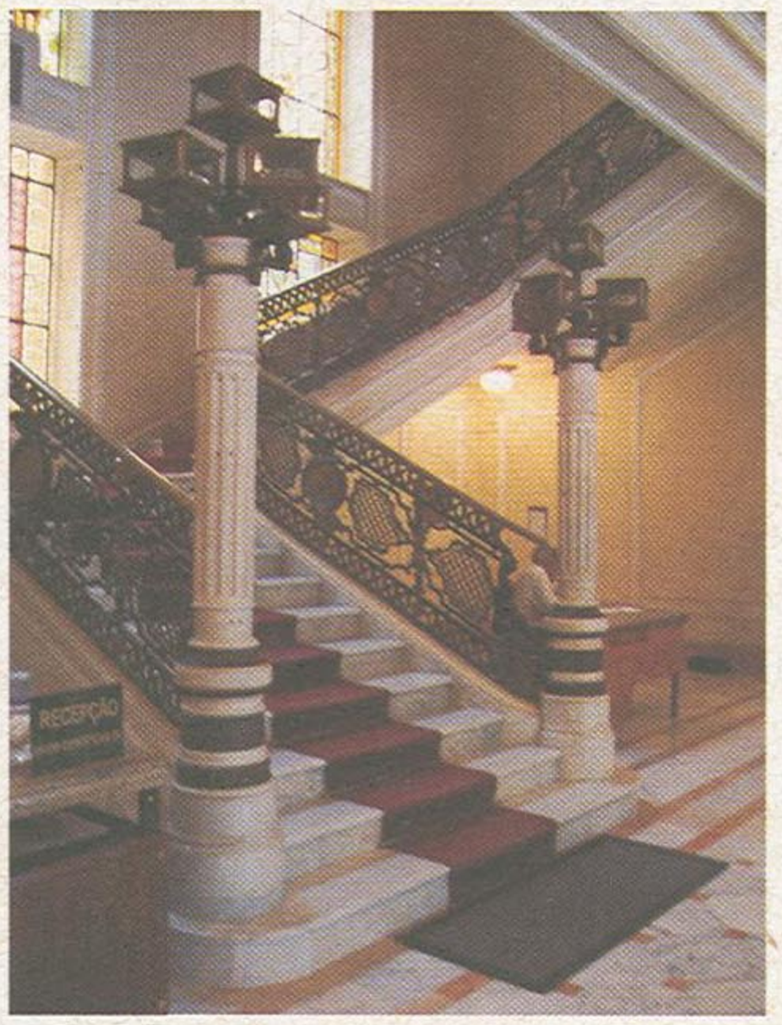
No restante da edificação procurou-se manter a ambientação original da antiga secretaria, eliminando-se apenas as paredes necessárias e vedando-se, com critério e técnicas adequadas, as janelas das áreas de exposição.

No primeiro piso estão previstas ainda bilheteria, guarda-volumes, livraria e loja nas salas da porção frontal do imóvel, que circundam o vestíbulo principal, que conformará a porção nobre da entrada principal do Centro Cultural Banco do Brasil.

O Banco do Brasil tem se mostrado importante incentivador das artes cênicas, artes plásticas, audiovisual, música, além de idéias e programas educativos, aplicando recursos em centros culturais localizados em São Paulo, Brasília e no Rio de Janeiro, promovendo também ações itinerantes a partir do "Circuito Cultural", projeto que ocorre em diferentes regiões do país.

A fundação do primeiro desses centros culturais aconteceu em 1989, em São Paulo, e colocou o Banco do Brasil como empresa de grande importância na cultura. Os demais centros que se sucederam têm procurado, como o inicial de São Paulo, manter-se como referência nos locais onde se instalam, configurando espaços de excelência e pontos de atração de públicos variados, o que agora deverá acontecer também no de Belo Horizonte, que privilegiará artistas, grupos e instituições culturais consagrados e de ampla aceitação, bem como criadores de vanguarda considerados de alta qualidade pela crítica especializada.

Credibilidade, regularidade, diversidade e sensibilidade: são estas as qualidades e valores que o Centro Cultural Banco do Brasil de Belo Horizonte, como vem praticando em suas instituições similares no Brasil, agregará ao conjunto da nossa Praça da Liberdade.



Escadaria do hall principal

IEPHA/MG e Estado obtêm vitória no TJMG

O IEPHA/MG e o Estado de Minas Gerais obtiveram importante vitória no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no dia 11 de setembro último, quando a 1ª Câmara Cível daquele tribunal negou provimento a um Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público Estadual contra a as obras de adaptação do prédio da antiga Secretaria de Estado de Fazenda para abrigar, dentro do Circuito Cultural Praça da Liberdade, a sede da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais e o Espaço Cultural Vale do Rio Doce.

Para entender o caso

Em julho de 2006, o Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública contra o IEPHA/MG, o Instituto dos Arquitetos do Brasil IAB/Seção Minas Gerais e o Estado de Minas Gerais, obtendo liminar, no juízo de primeira instância, para suspender as obras de intervenção no prédio da antiga Secretaria de Estado de Fazenda, destinada, dentro do Projeto Circuito Cultural Praça da Liberdade, à sede da Orquestra Sinfônica do Estado.

Entre outros argumentos, o MPE alegou, na inicial da ação, que o projeto de intervenção arquitetônica no prédio da SEF não havia sido aprovado pelo Conselho Curador do IEPHA/MG, razão pela qual estaria, no entender do MPE, em confronto às normas legais que dispõem sobre o patrimônio. Além disso, argumentou que o projeto feria o Decreto-lei Nº 25/1937, que disciplina o instituto do tombamento, pois as intervenções propostas iriam "destruir, demolir e mutilar" o bem tombado pelo Estado e pelo Município de Belo Horizonte.

O Estado e o IEPHA/MG recorreram da decisão, à época, e conseguiram que o presidente do TJMG suspendesse em parte a liminar, para permitir a realização, no prédio tombado, de obras de conservação emergencial e restauração.

Em junho de 2007, mediante provocação do Estado e do IEPHA/MG, representados pelos procuradores do Estado Alexandre Diniz Guimarães e Cléber Reis Grego, o juiz de primeira instância, Saulo Versianni Pena, decidiu revogar a liminar que havia concedido em 2006 ao Ministério Público, por entender que as intervenções arquitetônicas previstas no prédio da antiga SEF, para implantação da sede da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, já haviam sido, então, devidamente aprovadas pelos órgãos patrimoniais competentes.

Foi contra essa decisão que o Ministério Público recorreu ao TJMG, objetivando interromper mais uma vez as obras. O Tribunal, por sua vez, decidiu o recurso no último dia 11 de setembro, negando-lhe provimento e revogando a liminar anteriormente concedida ao Ministério Público para permitir, então, a implantação do Projeto Circuito Cultural Praça da Liberdade no prédio da antiga Secretaria de Estado da Fazenda pelo IEPHA/MG e pelo Estado de Minas Gerais.

Na decisão, o TJMG acolheu a tese defendida pelo Estado e pelo IEPHA/MG, entendendo que *"a intervenção em bens tombados como desejada pelo Estado e IEPHA, a fim de permitir a adaptação do imóvel não é da competência do Conselho Curador do IEPHA, data venia."*

Esclarece, ainda, a decisão que *"a função do Conselho Curador não é de deliberar sobre o conteúdo de projeto de restauração de imóvel tombado, cujas minúcias e detalhamento técnico não recomenda sejam outorgadas a um colegiado de tal porte, mas sim de examinar os planos e não os projetos que o Estado devem implementar para proteger, conservar e recuperar seus bens de valor histórico e cultural"*, sendo tal competência da Diretoria de Conservação e Restauração do IEPHA/MG.

Os desembargadores que julgaram o caso entenderam também que diversas alterações significativas foram feitas no projeto vencedor do concurso, todas elas aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte e pelo IEPHA/MG, visando aprimorar o projeto inicial e, sobretudo, *"para propiciar a convivência do valor estético-cultural do imóvel tombado com as inovações que ali se deseja realizar para aproximá-lo de seu proprietário efetivo que é a população mineira"*.

A decisão favorável ao Estado e ao IEPHA/MG define que *"não há plausibilidade jurídica nos fundamentos empregados pelo Ministério Público para obstar a adequação do bem aos objetivos estabelecidos no projeto cultural"* discutido no processo, e assenta a discussão acolhendo os argumentos apresentados pelo IEPHA/MG e pelo Estado no sentido de que *"A circunstância de ser necessária a remoção de paredes internas não significa que seja esta a ação principal a gerar o completo perecimento do imóvel, mesmo porque as intervenções arquitetônicas que se seguirão têm por objetivo oferecer condições de uso mais efetivo e eficiente do bem, sem que, com isto, ocorra a destruição de seu valor singular no contexto cultural da capital."*

Fachada principal do prédio

OLHO VIVO

PLANO DE AÇÃO PREVENTIVA ANTES DAS CHUVAS

Celestina Pinto Vasconcelos*

Construções antigas são as que mais sofrem com a temporada de chuvas que está chegando. Algumas medidas preventivas são essenciais para preservação dessas edificações. Seguem algumas orientações para os usuários de edificações tombadas e de interesse de preservação:

1 - Revisão geral da cobertura:

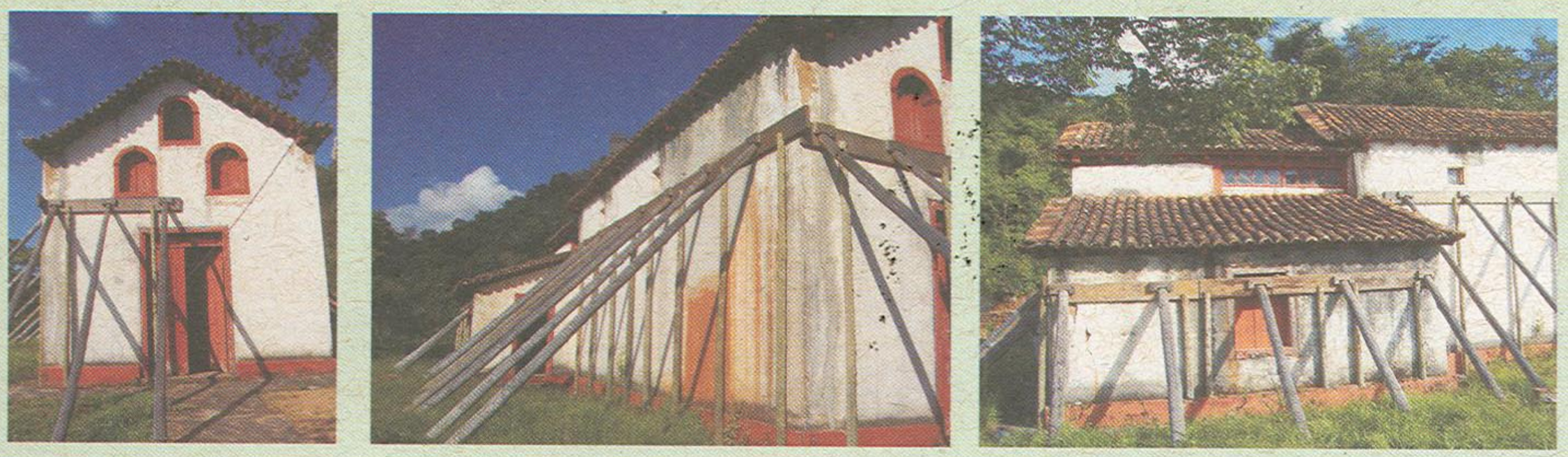
- Inspeção do engradamento e estrutura do telhado;
- Limpeza do entelhamento;
- Substituição de telhas quebradas;
- Revisão do emboçamento (argamassa de assentamento de telhas, como cumeeiras), com a recomposição de pontos danificados;
- Verificação do sistema de escoamento das águas (calhas, condutores e ralos);

2 - Revisão geral da edificação e entorno imediato:

- Retirada de entulhos e materiais em desuso de quintais, áreas, becos e circulações externas;
- Execução de poda ou corte de árvores com risco de queda;
- Reforço e/ou escoramento de muros e paredes pouco confiáveis;
- Recomposição de revestimento externo deteriorado;
- Fechamento de vãos externos danificados;
- Manutenção da limpeza de vielas e valas naturais de escoamento de água.

Vale lembrar que esses serviços devem sempre ser executados com acompanhamento técnico.

* Engenheira da Gerência de Ação Preventiva



Escoramento da Capela de Nossa Senhora do Rosário, em Cuiabá, distrito de Sabará

IEPHA/MG CONSTITUI SUA COMISSÃO DE ÉTICA

Foi aprovado no dia 13 de setembro o Regimento Interno da Comissão de Ética do IEPHA/MG. Instituída pela Portaria N°013/2007, a comissão, com mandato de dois anos, é composta por cinco servidores lotados na instituição indicados pela presidência. Seus membros titulares são Amílcar José Dias, como presidente; Aluísio Rassilan Braga e Fernando Roberto de Castro Veado. Os suplentes são Adalberto Andrade Mateus e Rafael de Oliveira Alves.

A Comissão de Ética é uma das exigências do Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais (CONSEP), criado pelo governador Aécio Neves, por meio do Decreto N°43.885 de 04/10/2004. Ao conselho, com o auxílio das comissões de ética criadas em cada órgão e entidade da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, compete zelar pelo cumprimento dos princípios e das regras éticas; bem como pela transparência das condutas na Administração Pública do Poder Executivo.

Entre os princípios e valores fundamentais da Conduta Ética do Servidor Público estão a boa-fé, honestidade, fidelidade ao interesse público, impessoalidade, dignidade e decoro no exercício de suas funções, lealdade às instituições, cortesia, transparência, eficiência, presteza e tempestividade, respeito à hierarquia administrativa, assiduidade e pontualidade.

O objetivo central da Comissão de Ética é o de orientar e aconselhar sobre as questões de ética profissional do servidor público no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

Guardião das artes

Galpão principal da antiga fábrica de tecidos de Marzagão

Lado a lado com a importância dos tombamentos estão os novos usos dados aos espaços preservados. Um bom exemplo é o conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila Elisa, Vila Operária e antiga Fábrica de Tecidos de Marzagão, cujo tombamento pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) foi aprovado em 2004. Em 8 mil m², dos 31mil m² que compõem todo o conjunto, está instalado o Centro Técnico de Produção da Fundação Clóvis Salgado (CTP) um espaço exclusivamente voltado para a arte. São três galpões, que pertenciam à antiga Companhia Fiação e Tecidos de Minas Gerais, usados agora para guardar um grande acervo de peças, figurinos e cenários de importantes produções realizadas pela FCS nos últimos anos.

Segundo a coordenadora administrativa do CTP, Cláudia Malta, tudo começou com o aluguel do espaço para colocar o cenário da ópera "O Barbeiro de Sevilha". Pela dimensão dos galpões, eles foram ganhando usos diversificados, sendo ocupados também para fabricação de cenários e figurinos de diversos espetáculos e organização do imenso acervo de peças cenográficas e adereços. Agora, os galpões também são usados para cursos, oficinas e workshops oferecidos à comunidade artística interessada.

O CTP guarda, conserva e aluga o acervo de cenários, figurinos e adereços da FCS. "Seus espaços e mão-de-obra podem ser utilizados por grupos e instituições interessadas", explica o cenógrafo Raul Belém Machado, coordenador artístico do Centro. Na opinião dele, o lugar proporciona certas 'facilidades emocionais'. "Estamos fora do centro urbano e seus ruídos, numa paisagem linda, isso diminui a angústia de criar", elogia.

Acreditando que a vila guarda uma vocação para as artes, Cláudia Malta ressalta que, para abrigar o CTP, os prédios não sofreram alteração alguma. "Houve uma adequação interna somente, com uma pequena reforma na cozinha, reparos na rede elétrica e pintura das paredes internas", diz. Hoje, biombos de compensado formam paredes para aulas expositivas e também limitam o camarim, onde estudantes de artes recebem aulas de maquiagem cênica. Em outro grande galpão, alunos se debruçam sobre uma extensa mesa de corte para um curso de alfaiataria. Nesta sala de aula, eles têm o privilégio de dividir o espaço com manequins vestidos de época, e podem se inspirar em belíssimos figurinos expostos em araras capazes de remeter qualquer visitante ao universo de Aídas, Turandots, Guaranis...

Saiba mais

Tombado pelo IEPHA/MG, em 28 de novembro de 2004, o sítio histórico de Marzagão abriga hoje construções e sobrados onde funcionam o Centro Técnico de Produção da Fundação Clóvis Salgado e a fábrica de jeans Marcel Phillippe. O conjunto conhecido como Vila Operária de Marzagão foi fundado em 1878, para abrigar a primeira fábrica de tecidos instalada no antigo Curral Del Rei, área rural nas proximidades do município de Sabará. A vila se desenvolveu ao redor da Companhia Fiação e Tecidos de Minas Gerais, inicialmente Companhia de Tecidos Sabarense. O nome Marzagão prevaleceu no domínio popular e tem origem no período colonial, referindo-se a uma feitoria portuguesa na costa da África.

A partir de 1915, o local passou a ser equipado com uma infra-estrutura admirável, com usina distribuidora de eletricidade, carpintaria, fundição, serraria, olaria, escola de tecelagem, com cerca de 50 aprendizes, pensionato, cartório, posto médico, agência dos correios e escola, armazém, açougue, padaria e torrefação de café.

Lazer e diversão não foram esquecidos. Em Marzagão havia um cinema-teatro. A igreja, do Sagrado Coração de Jesus, bastante freqüentada, promovia festas e procissões. Também faziam parte do cenário social: banda de música, grupo de escoteiros, time de futebol, campo e piscina.

Foto acervo Fundação Clóvis Salgado

Material produzido pelo CTP da Fundação Clóvis Salgado

Bem Móvel
Bem Cultural
Bem Imóvel

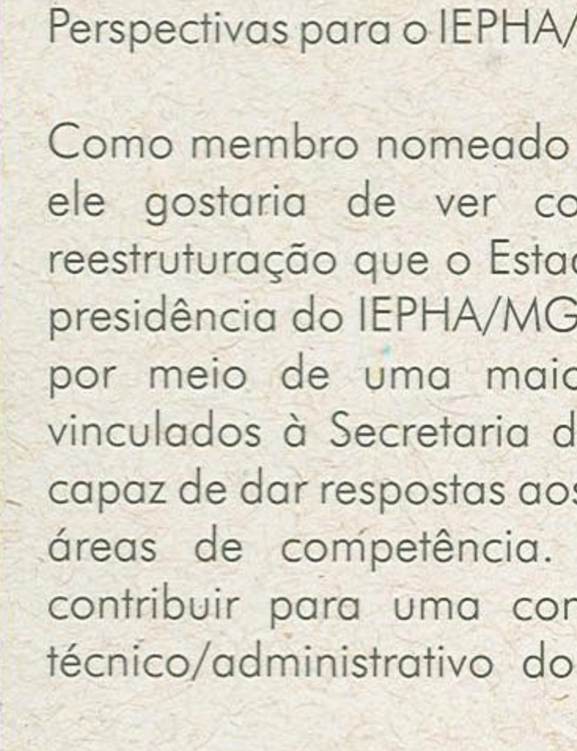
Arquiteto assume Vice-presidência do IEPHA/MG

Carlos Noronha, o novo vice-presidente do IEPHA/MG, fez graduação em Arquitetura e mestrado na área de "Análise Crítica e História da Arquitetura e Urbanismo" na EA-UFMG. Atuou na área acadêmica como professor de *Projeto Arquitetônico, Urbanismo e Trabalho de Graduação* nas faculdades de arquitetura do Instituto Isabela Hendrix e PUC Minas. É pesquisador de carreira da Fundação João Pinheiro, com trabalhos nas áreas de Estudos Históricos e Culturais e de Planejamento Urbano. Também é membro do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, desde o ano de 2000, como representante da sociedade civil. Recentemente foi indicado pelo governo estadual para o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural.

Perspectivas para o IEPHA/MG

Como membro nomeado para a direção do IEPHA/MG, ele gostaria de ver consolidadas as propostas de reestruturação que o Estado, a Secretaria de Cultura e a presidência do IEPHA/MG têm como missão, permitindo, por meio de uma maior interação entre os órgãos vinculados à Secretaria de Cultura, que o Instituto seja capaz de dar respostas aos anseios da sociedade em suas áreas de competência. Ele espera, também, poder contribuir para uma contínua valorização do quadro técnico/administrativo do IEPHA/MG, para que sejam desenvolvidos com segurança e prazer, estudos, pesquisas, planos e projetos que contribuam para o aprimoramento de políticas públicas. Tudo isso, visando a preservação e manutenção do legado cultural deixado por diversas gerações em Minas Gerais.

Foto: Osvaldo Afonso - Secom



Carlos Noronha

Pequenos IHAC sobre o patrimônio

Detalhe da tela de Antônio Parreiras, pintada com a técnica de pontilhismo, em 1926, inspirada na ópera Tiradentes, composta por Manuel Joaquim de Macedo e Augusto de Lima. A obra, que mostra o Ato 1, cena V, faz parte de um conjunto de 14 telas que decoram o auditório do Conservatório UFMG, na Avenida Afonso Pena, 1.534. O pintor carioca faleceu em 1937 e sua casa, em Niterói, foi transformada em um museu que guarda cerca de 230 trabalhos seus e uma grande coleção de obras de arte de diversos artistas nacionais e estrangeiros.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Governador: Aécio Neves
Vice-Governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
Secretária: Eleonora Santa Rosa
Secretário Adjunto: Marcelo Braga de Freitas

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS
Presidente: Liana Portilho Mattos
Vice-presidente: Carlos Roberto Noronha
Chefe de Gabinete: Caroline Bastos Dantas
Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza
Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Fabiana Machado Santiago
Diretora de Proteção e Memória: Maria Marta Martins de Araújo
Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO INFORMATIVO DO IEPHA/MG
Assessoria de Comunicação
Jornalista Responsável: Beatriz Teixeira de Salles - MG 03802JP
Jornalista: Mírian Pinheiro - MG 05818JP
Projeto Gráfico/Diagramação: Christiane Bolda Lazzarotti
Relações Públicas: Pedro Souza Pinto
Fotografias: Izabel Chumbinho
Impressão em Papel Reciclato 120g/m³.
Tiragem: 300 exemplares - Periodicidade mensal - Distribuição gratuita e dirigida - É permitida a reprodução total ou parcial de textos e fotos, desde que citados o autor e a fonte.

IEPHA

GOVERNO DE MINAS
Construindo um novo tempo
CULTURA

Praça da Liberdade Edifício IEPHA 4° andar
- CEP: 30.140-010 BH/MG
Telefone: (31) 3213-6000 - Fax: (31) 3213-5939
e-mail: jornal@iepha.mg.gov.br